



Saneamento Básico

Ponto de partida

A condicionante 2.10 da Licença de Instalação. (LI) determina a implantação de estruturas de saneamento básico em Altamira, Vitória do Xingu (sede do município e distrito de Belo Monte) e Belo Monte do Pontal, no município de Anapu, conforme o seguinte cronograma:

Ação	Previsão	Altamira	Vitória do Xingu	Belo Monte	Belo Monte do Pontal
Ações imediatas	Início	24/05/2011	24/05/2011	-	-
	Término	30/10/2011	30/10/2011	-	-
Abastecimento de água	Início	25/07/2011	25/06/2011	-	-
	Término	25/07/2014	25/06/2014	-	-
Esgotamento sanitário	Início	25/07/2011	25/06/2011	25/06/2011	25/06/2011
	Término	25/07/2014	25/06/2014	31/03/2012	31/03/2012
Aterro sanitário	Início	30/06/2011	30/06/2011	30/09/2011	30/09/2011
	Término	30/06/2012	31/12/2012	31/03/2012	31/03/2012
Projeto Básico de remediação do lixão	Início	-	-	-	-
	Término	01/12/2011	-	-	-
Remediação do lixão	Início	-	-	-	-
	Término	25/07/2014	-	-	-
Drenagem urbana	Início	31/03/2012	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
	Término	30/06/2014	31/12/2012	30/06/2012	30/06/2012

Situação de cumprimento segundo o órgão licenciador¹

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) considera a condicionante “parcialmente atendida”. Em parecer técnico publicado em fevereiro de 2015, o órgão licenciador entende que a infraestrutura de saneamento implantada em Altamira e Vitória do Xingu não vem sendo operada de forma adequada.

1. Parecer do Ibama 5036/2014.

Principais dados levantados

Altamira

Com exceção das obras de drenagem urbana, ainda em andamento nas áreas relativas aos reassentamentos, parques e orla, todas as demais foram concluídas, porém não recebidas oficialmente pela prefeitura. O poder público local considerou que faltavam instalações e ajustes tanto no aterro sanitário quanto na recuperação ambiental do terreno conhecido como lixão. Em manifestação recente, o Ibama conclui que foi possível corrigir danos e células de disposição de resíduos e a operação do aterro, sob o comando da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (Semat), agora conta com apoio de empresa contratada pela Norte Energia. Já a Estação de Tratamento de Lixiviados (ETL) do lixão segue sem operar. O sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário encontra-se em fase de testes. Três pontos da cidade – Nova Altamira, Buriti e o Bairro do Bacana – não foram contemplados pelo sistema segundo a Secretaria Municipal de Obras, Viação e Infraestrutura (Seove).

Vitória do Xingu

As obras foram finalizadas e entregues, restando apenas a formalização do repasse à prefeitura do sistema de abastecimento de água, que já opera em algumas partes da cidade. Para o esgotamento sanitário, ainda é preciso definir o modelo de gestão. O município avalia como manter o alto custo de manutenção no orçamento e estuda instituir um Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Já o aterro sanitário tem problemas de operação, maquinário e estrutura segundo técnicos da prefeitura.

Belo Monte

Nessa área, parte do município de Vitória do Xingu, o abastecimento de água revela-se como ponto mais crítico. Testes realizados pela Norte Energia em abril deste ano revelaram vazamentos. Até maio, o sistema não operava. Já o projeto de aterro sanitário foi substituído, a pedido da prefeitura, por equipamentos extras para o aterro da sede municipal, já entregues.

Belo Monte do Pontal

A prefeitura de Anapu designou uma comissão de moradores para acompanhar e definir o aceite do sistema de abastecimento de água, que também apresentou problemas nos testes realizados em abril. Já o sistema de esgoto – oficialmente recebido pela prefeitura – opera parcialmente, uma vez que apenas algumas ligações intradomiciliares foram efetivadas pelos próprios moradores, com apoio do município, e o modelo de gestão segue indefinido. As obras de drenagem urbana foram finalizadas, mas não aceitas pela prefeitura, segundo a qual algumas vias não foram contempladas. Aqui também, o projeto de aterro sanitário sofreu modificações, ficando o empreendedor, Norte Energia, encarregado de implementá-lo próximo à sede do município.

Fontes consultadas: Projeto Básico Ambiental (PBA) ; Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes (Norte Energia) ; Pareceres Técnicos do Ibama sobre os Relatórios Semestrais da Norte Energia; Relatório sobre Avanço das Obras do Plano de Requalificação Urbana e Travessão 40 (Norte Energia) ; Relatório de Vistoria da UHE Belo Monte – Meios Físico e Biótico – 4 a 8 de maio de 2015 (Ibama) ; Licença de Instalação 795/2011; Secretaria

Municipal de Obras, Viação e Infraestrutura de Altamira; Secretaria Municipal de Planejamento de Altamira; Secretaria Municipal de Viação, Obras e Infraestrutura de Vitória do Xingu; Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças de Anapu.

Análise

Após expressivos investimentos, a universalização do saneamento básico nas localidades a que se refere a condicionante enfrenta agora um último e decisivo desafio: a operação e gestão dos sistemas.

O financiamento e a execução das ligações intradomiciliares por muito tempo concentraram os debates na região. Entretanto, essa questão pertence a um contexto mais amplo: o modelo de gestão. A adesão da população à rede demanda planejamento, do qual também dependem outros elementos igualmente importantes, tais como a própria execução dos serviços, plano de expansão e investimento, controle de qualidade, modelo tarifário, entre outros. Todos esse pontos são, inclusive, bastante interdependentes.

Desde novembro de 2014, quando o projeto Indicadores de Belo Monte publicou primeira análise sobre o tema, observaram-se avanços significativos. Em Altamira, o impasse sobre as ligações foi dirimido, com o consentimento do empreendedor, Norte Energia, em custear as ligações que serão executadas pela prefeitura. Para tanto, dez equipes do município – compostas por assistente social, técnico em enfermagem, técnico em edificações e técnico sanitário – iniciaram visitas com o objetivo de prestar esclarecimentos e traçar um perfil das famílias e das casas, o que deve orientar as obras em suas especificidades. Finalizado o orçamento, o empreendedor deve liberar os recursos, bairro a bairro, para início dos trabalhos, mas a incorporação total de 11 mil novas conexões de água e 16 mil de esgoto deve ainda levar anos.

Já em Vitória do Xingu e Anapu, algumas ligações começam a ser realizadas pelos próprios moradores, com apoio das prefeituras. Os três municípios agora se deparam com decisões sobre a gestão. Enquanto Altamira sinaliza a opção pela administração direta, por meio de uma coordenadoria, Vitória do Xingu estuda criar uma autarquia, espécie de empresa pública com patrimônio e recursos próprios, e Anapu segue sem definição, com parte do sistema em Belo Monte do Pontal sendo operado provisoriamente pela Secretaria Municipal de Obras.

A importância disso é que, enquanto não se define o modelo, que inclui uma série de outros instrumentos, como o Plano Municipal de Saneamento, as localidades irão enfrentar – ou já enfrentam – dificuldades administrativas, orçamentárias e operacionais.

Independentemente de qual o melhor modelo para cada caso, algumas considerações gerais podem ajudar. A primeira é que muito dificilmente se consegue promover o acesso às redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário sem um plano específico para a população de

baixa renda. Em Altamira, a hipótese de cobrança incompatível com o nível de renda da população é uma das preocupações de parte dos movimentos sociais locais quanto ao artigo 4º do Projeto de Lei 132/2015, que visa criar a Coordenadoria de Saneamento de Altamira (Cosalt). Diz o dispositivo: “Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar, no todo ou em parte, contratos de permissão, concessão, parceria público-privada, para operacionalização do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário”.

Seja qual for a opção do município – administração direta ou conceder alguma participação de iniciativa privada futuramente – uma abordagem decisiva sobre cobrança diferenciada ajudaria a aplacar esses receios. Um dos meios mais usados no Brasil é a tarifa social, que consiste em oferecer descontos, geralmente em torno de 50%, para usuários que se enquadram em critérios de programas sociais do Governo Federal, ou outros recortes de renda definidos pelas próprias localidades.

Por fim, uma das providências mais subestimadas é também um dos entraves mais significativos à universalização do saneamento básico no País como um todo: a participação social. Para que a empreitada tenha sucesso, é preciso que a população aceite realizar uma obra dentro de casa e assumir uma nova despesa mensal. Para isso, o usuário deve estar convencido dos benefícios da mudança e da forma como será conduzida.

Embora se reconheça um movimento recente de prestação de esclarecimentos – como é o caso do cadastro, em Altamira – esse é um passo ainda pontual e que chega tardiamente, quatro anos depois da condicionante ter sido estipulada. Comunicação adequada e transparência são pontos importantes, mas não compõem isoladamente o que se reconhece como participação social. A sociedade, em toda sua diversidade, também é detentora de conhecimento e pode melhor lançar luz sobre oportunidades e entraves.

De fato, algumas das iniciativas mais bem sucedidas quanto à expansão do saneamento no Brasil envolveram as comunidades. Em Vitória, no Espírito Santo, o programa Se Liga na Rede buscou coletar, entre lideranças dos bairros prioritários, os impedimentos para que os moradores se ligassem espontaneamente na rede. Observou-se, por exemplo, que faltava mão de obra qualificada em alguns desses bairros, que havia resistência ao custo da tarifa e da ligação, e que não se compreendia claramente a importância dos serviços. Ao enfrentar essas questões particulares, conseguiu-se realizar 58 mil novas ligações, das quais 15 mil resultaram gratuitas para a população de baixa renda.

Entende-se que o Plano Municipal de Saneamento – que começa agora a ser esboçado em Altamira, assim como deve acontecer nos demais municípios – é a oportunidade ideal para que os diversos setores da sociedade também possam oferecer suas contribuições, evitando-se gargalos não antecipados e com vistas a um planejamento mais eficiente.

Mapa dos caminhos – Como avançar?

- A definição sobre o modelo de gestão do saneamento básico, em todas as localidades, é crucial para o planejamento e a execução adequada dos serviços
- A universalização do acesso à água e ao esgotamento sanitário requer soluções específicas para o atendimento da população de baixa renda
- Para evitar gargalos ou baixa adesão dos usuários, é fundamental e legalmente previsto um processo de ampla participação social
- No momento atual, a formulação dos Planos Municipais de Saneamento Básico representa oportunidade certa para o debate com a sociedade

Este boletim é um produto do projeto Indicadores de Belo Monte, conduzido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) para a Câmara Técnica de Monitoramento das Condicionantes da UHE Belo Monte do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX). Com duração de 18 meses, o projeto dedica-se a monitorar os temas: educação, saúde, saneamento, deslocamentos compulsórios no meio rural, fiscalização ambiental e controle da malária, além das seguintes questões indígenas: saúde, educação, regularização fundiária, proteção territorial e controle social.

Saiba mais em indicadoresdebelomonte.com.br

Contato: indicadoresdebelomonte@fgv.br